

«Fim do crescimento será condição de sobrevivência e progresso»

Filósofo do ambientalismo e espectador crítico da actualidade, Viriato Soromenho-Marques é uma voz respeitada quando se trata de auscultar o rumo da Nação no xadrez do mundo. Se aponta o dedo à iliteracia de uma classe política votada ao fracasso, mantém, todavia, a esperança num futuro de qualidade para as populações se optarem por respeitar o nosso maior património: a natureza.

◆◆◆◆ TEXTO CLÁUDIA BAPTISTA FOTOS JOÃO FRANCISCO VILHENA

Viriato Soromenho-Marques é peremptório quando afirma que «o maior problema com que nos deparamos hoje é a profunda incompetência das lideranças políticas». O professor catedrático de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa diz também que «os governos agravam os problemas com medidas que se limitam ao curto prazo e aos interesses mais mesquinhos, da sua reeleição e das suas clientelas».

Portugal vive um momento grave de austeridade, acompanhado de cortes profundos no apoio social aos cidadãos. Lembra a História que o Estado Social moderno surgiu em períodos de dificuldade económica. Porquê a ideia generalizada de que o Estado Social é um luxo de sociedades de bem-estar?

Rigorosamente, o primeiro país onde surgiu o Estado Social moderno foi a Alemanha do chanceler Bismarck, na década de 1880. Foi um período de afirmação da nova Alemanha (o II Reich fundado em 1871, depois da vitória sobre a França). As

leis promulgadas – paradoxalmente, num país governado por um chanceler profundamente anti-socialista e anti-católico – introduziram medidas de segurança social na esfera dos acidentes de trabalho, saúde, velhice e invalidez, baseadas nos contributos dos assalariados e das entidades patronais, cujo modelo se tornaria quase universal nos países industrializados nas décadas posteriores. Mas é verdade que a maioria dos sistemas de apoio social do Estado foi espoletada pelas agruras da Grande Depressão iniciada em 1929. As razões para a contestação actual do Estado social, em particular no chamado ‘modelo europeu’, são de natureza ideológica, e desprezam uma sóbria análise dos dados empíricos. Se Bismarck ou Roosevelt pensavam que a força dos seus países dependeria da coesão social, da maior capacidade de integração das camadas mais desfavorecidas no seio do contrato social, muitas das lideranças ocidentais consideram, hoje, que é preciso baixar os custos de produção (baixando os salários) e diminuir a despesa pública, reduzindo os encargos do Estado nos

serviços públicos de saúde, educação e segurança social.

Como vê essa via no curto e médio prazo?

Trata-se de uma visão ideológica profundamente errada, que irá conduzir, se não for arrepiado caminho, ao regresso de níveis muito profundos de conflitualidade social e à eventualidade de revoluções políticas violentas em países que, até hoje, se têm revelado democracias estáveis. Infelizmente, os que defendem o fim do Estado Social são os mesmos que não se incomodam com o extraordinário processo de enriquecimento de uma pequena elite mundial. Basta ver a evolução negativa do índice de Gini, até em países onde antes existia bastante equidade, como é o caso da Alemanha. Esses ideólogos apoiaram políticas de liberalização dos mercados financeiros e do comércio mundial, conduzindo-nos, através de uma maré de desregulação e de especulação, à beira do precipício, onde ainda nos encontramos, desde 2008.





A crise ambiental, que tem nas alterações climáticas a sua face mais visível, é dos maiores desafios que a humanidade alguma vez enfrentou na história. Demonos ao luxo de negligenciar o ambiente, permitindo-nos (indivíduos, empresas, Estado) agir de modo despreocupado, contribuindo para as consequências desastrosas das alterações climáticas. A quem cabe a responsabilidade de ser o motor da sociedade, para inverter a tendência para o desastre ecológico?

O maior problema com que nos deparamos hoje é a profunda incompetência das lideranças políticas. Os cidadãos e as empresas devem também ter um papel na luta por uma nova habitação da Terra, que nos afaste dos infernos de um colapso ambiental e climático. O problema é que a mesma iliteracia que os governos revelam, por exemplo, na condução da crise europeia, manifesta-se também no que toca à crise do ambiente e às alterações climáticas. Em vez de assumirem a necessidade de trabalhar em conjunto, através do federalismo na Europa, e de regimes internacionais vincu-

lativos para todos os países, na questão do clima, os governos agravam os problemas com medidas que se limitam ao curto prazo e aos interesses mais mesquinhos, da sua eleição e das suas clientelas.

SERVIÇOS OU CONSUMOS?

O filósofo e sociólogo Gilles Lipovetsky refere-se a uma «felicidade paradoxal» que vigora na sociedade do hiperconsumismo, gerada pela decepção por um estímulo permanente da procura, da mercantilização e da multiplicação indefinida de necessidades. Ou seja, o consumo não traz a satisfação, mas antes, a decepção e a ansiedade. Como explicar então o hiperconsumismo instalado na actualidade?

Há vários níveis de resposta. Em primeiro lugar, num plano de modelo económico, continuamos a apostar num tipo de crescimento baseado no consumo, e não na produção de um fluxo de serviços de qualidade. O consumismo – com a sua total abstrac-

ção pelos recursos e pelos ecossistemas – é a expressão patológica de um sistema económico que torna os sujeitos escravos das mercadorias que deveriam satisfazer as suas necessidades... Pagamos pelas coisas, e não pelos serviços que elas nos prestam. Só assim se explica o absurdo de fabricar carros, ou electrodomésticos, deliberadamente efémeros. Se o mercado fosse voltado para os serviços, poderíamos apostar em produtos duradouros e amigos do ambiente. Mas não. A aposta é feita na inovação. Quando, muitas vezes, o novo é muito mais frágil e desprovido de qualidade.

Parece que equipara o consumidor a um alienado...

Temos uma dimensão de manipulação psicológica, amplificada pela 'cultura de massas', que associa gratificação e *status* à intensidade do consumo. Diria ainda que existe uma vertente metafísica envolvida no consumismo. Com efeito, a nossa sociedade está profundamente órfã de valores espirituais e religiosos. Vivemos no tempo da 'morte de Deus' e do niilismo. Numa 'era de vazio', evocando um título



de Lipovetsky. O nosso frenesim consumista, por contraditório que pareça, é também movido por essa falha metafísica. Procuramos, através da agregação biológica de produtos consumidos, uma espécie de magnificação do nosso eu físico, como sucedâneo, muitas vezes como aturdimento, para a ausência de respostas às grandes questões do sentido da vida e da morte. Por dentro da vertigem do consumismo, e não é por acaso que falamos em 'catedrais do consumo', há muita gente assustada e aturdida por uma angústia metafísica, para a qual não tem sequer os utensílios conceptuais mínimos adequados...

Segundo ainda Lipovetsky, a acentuação do individualismo criou um tipo de consumidor (que coexiste com o modelo tradicional fundado na lógica da diferenciação social, a dos novos-ricos) mais centrado na experiência e na emoção do que no objecto em si, que prefere objectos para vivenciar em detrimento de objectos para exhibir. O telemóvel serve para ver um noticiário, e já não para comunicar; sem ele, o indivíduo sente-se perdido. Que riscos se correm com o hiperindividualismo?

«PRECISAMOS DE UMA VERDADEIRA MOBILIZAÇÃO PARA UMA 'GUERRA VERDE E AZUL', EM DEFESA DO AMBIENTE, DA PAZ, E DAS GERAÇÕES FUTURAS»

Penso que esse novo tipo de consumidor tem traços positivos. Uma das manifestações desse novo estilo de 'luxo' pode ser a sobriedade, a procura da simplicidade extrema. A renúncia como luxo! Como forma de liberdade e autodomínio. As nossas sociedades de cidadãos têm de defender os direitos e deveres dos indivíduos. As nossas democracias só terão sentido se forem a casa cívica de todos, independentemente do género, da cor da pele, da condição sexual, dos valores e preferências religiosas e culturais. Contudo, o perigo do hiperindividualismo é o de dar por garantido o que, na verdade, é uma construção altamente sofisticada e que requer um constante empenho colectivo. Com efeito, é apenas no quadro do contrato social democrático que os indivíduos podem construir narrativas pessoais. Importa nunca esquecer essa ligação umbilical que temos uns aos outros!

O estilo de vida híper-consumista pode causar o desastre ecológico: o excesso de consumo energético poderá ter de ser travado com medidas draconianas por parte dos decisores políticos. Como se explica que, na era da informação e do esclarecimento, não parta do cidadão a decisão de poupar recursos e não desperdiçar?

Temos de reconhecer que nos últimos 40 anos foram dados passos em frente muito positivos na eficiência energética da economia em geral, e dos sistemas produtivos em particular, incluindo também estratégias de minimização dos impactos ambientais do consumo. Não devemos esquecer que hoje obtemos a mesma quantidade de riqueza com muito menor consumo de matérias-primas, com menor uso de energia e mais baixa produção de resíduos. Hoje, temos políticas públicas de reutilização e

de reciclagem. Tudo isso é muito positivo. O problema é que não é suficiente.

Que falta fazer para alcançar os objetivos de minimizar o impacto ambiental?

Milhões de novos consumidores entram em cena nos países emergentes, todos os anos. Os ganhos de eficiência são perdidos pelo peso do aumento volumétrico da produção. Os cidadãos fazem esforços que devem ser reconhecidos. Na Europa, até em virtude das políticas de austeridade, alguns indicadores ambientais têm melhorado. Mas o que nós precisamos é de um contrato social e de um pacto internacional que incorpore a mudança de perfil produtivo e dos estilos de vida como uma aventura colectiva. Precisamos de uma verdadeira mobilização para uma “guerra verde e azul” (não esqueçamos a água e os oceanos!), em defesa do ambiente, da paz, e das gerações futuras. A verdadeira inovação de que necessitamos é nas práticas e instituições políticas.

NÃO É O FIM DA CIVILIZAÇÃO

A hipótese de uma transição suave para uma economia de desenvolvimento sustentável, sem sobressaltos, mas comprometida com os modelos económicos clássicos, é criticada por autores como Serge Latouche e Tim Jackson, que consideram ser tarde demais para consertar os estragos (desemprego, escassez de recursos, etc.). Partilha do desalento em relação à possibilidade de regresso a uma existência satisfatória para o ser humano?

Latouche e Jackson bem gostariam que fosse possível essa transição suave. O que me parece, concordando com ambos, é que andámos a perder tempo, a pisar ovos. Agora, vamos ter de acelerar o ritmo. Quanto mais tempo hesitarmos, e adiarmos as mudanças necessárias, mais dolorosa vai ser a transição. Veja-se o caso das alterações climáticas. Tem havido um aumento dramático dos prejuízos com eventos climáticos extremos. A partir de um certo grau poderemos viver numa sociedade tão marcada pela catástrofe, pela anormalidade e imprevisibilidade dos riscos (transformados em incerteza), que os próprios seguros, como negócio, podem quase desaparecer!

Economista e filósofo, Serge Latouche é o teórico do decrescimento como solução para a crise de civilização do mundo ocidental. Propõe abandonar o objectivo do crescimento ilimitado, cujo motor é a

busca do lucro pelos detentores do capital, com consequências decepcionantes para o ambiente e a humanidade. Corresponde à proposta de um mundo em que se vive melhor, trabalhando e consumindo menos. Que viabilidade para esta alternativa política radical, a que o autor chama uma ‘utopia concreta’?

Latouche rasga uma janela no horizonte, como um pintor que marca a sua tela. Ele não apresenta um roteiro, mas sim uma inspiração, e os princípios para o seu desenvolvimento. Vejo o decrescimento na senda clássica de John Stuart Mill, que já em 1848 sinalizava a inevitabilidade de um ‘estado estacionário’ nas dimensões físicas da nossa economia. Mas, ao mesmo tempo, apontava para o único crescimento infinito a que devemos almejar. O da ‘arte de viver’ (*art of living*), isto é, o nosso enrique-

cimento como pessoas, o aprofundamento dos laços humanos, a aposta na cultura e nas artes, nos valores imateriais da qualidade de vida, como é o caso da segurança e do sentir-se protegido. Eu passo uma parte do meu dia, como filósofo, a conviver com génios da humanidade (de Platão a Nietzsche). São pessoas infinitamente mais interessantes do que a maioria dos nossos contemporâneos, e com um estilo de vida sem qualquer comparação. A sua felicidade não implicava a destruição do ambiente. Se todos tivéssemos a mesma pegada ecológica de Aristóteles, a crise ambiental estaria resolvida. Penso que é para aí que Latouche aponta. O fim do crescimento, ao contrário do que se julga, não será necessariamente o fim da civilização. Mas, com quase toda a certeza, será a condição para a sua sobrevivência e progresso. ♦



UM AMBIENTALISTA AO SERVIÇO DA INVESTIGAÇÃO

Viriato Soromenho-Marques, de 55 anos, é professor catedrático de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecciona nos cursos de Filosofia e de Estudos Europeus. Na Universidade de Lisboa, introduziu a linha de investigação e ensino pós-graduado no domínio da Filosofia do Ambiente, onde se integram o estudo da ética, da educação e das políticas ambientais. Foi um dos promotores do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, e tem investigado ao longo das últimas duas décadas os contributos do federalismo constitucional norte-americano e da construção europeia para os modelos de governação mundial na era da crise global do ambiente. É autor de mais de quatro centenas de obras (entre as quais vinte livros) sobre temas filosóficos, ambientais e estratégicos. Proferiu e/ou coordenou mais de mil conferências, seminários, e cursos em vinte e três países. Tem colaboração regular na imprensa escrita e audiovisual. Membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, tem integrado ou assumido posições de relevo em instituições como o Conselho de Imprensa; a Quercus ANCN; o Conselho Económico e Social; a Rede Europeia de Conselhos do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável; Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; o Programa Gulbenkian Ambiente (2007-2011); o *High Level on Energy and Climate Change* do Presidente da Comissão Europeia. Foi condecorado com os graus de Grande Oficial da Ordem de Mérito Civil e Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.